



CARTA DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES

Os povos indígenas e quilombolas reunidos na oficina da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS) ocorrida nos dias 15, 16 e 17 de abril nas aldeias Xakriabá Barreiro Preto, Brejo Mata Fome e Sumaré declaram:

- a aliança entre os diferentes movimentos sociais é essencial para dividir os sofrimentos e multiplicar as lutas;
- as conquistas dos povos indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais serão reforçadas pelas trocas de experiências e saberes e pelo compartilhamento de formas de organização e estratégias políticas;
- a garantia do território é a matriz da identidade e elemento fundamental para o combate ao colonialismo e ao racismo;
- a educação intercultural fortalece a capacidade dos povos saberem de onde vem, onde estão e para onde vão;
- a escola deve ser o lugar de encontro de saberes, de valorização da história de quem veio antes e de transmissão do legado das lutas às gerações mais novas;
- a escola aprende com o território e ensina a importância dos rios, das árvores e dos encantados;
- a mobilização contínua dos movimentos sociais é fundamental para resistir às ameaças de retrocessos dos direitos conquistados.

Com base nos princípios aqui declarados definimos que a educação intercultural deve:

- Valorizar ensinamentos dos mais velhos, respeitando suas memórias, valores e saberes.
- Garantir a centralidade do território e a preservação das culturas, patrimônios, memórias e do meio ambiente.
- Valorizar as práticas e conhecimentos específicos de cada comunidade quilombola e/ou aldeia indígena.
- Organizar-se a partir de um estreito diálogo com os temas e problemas de sustentabilidade do território.
- Investir no fortalecimento das identidades e nas diferentes formas que cada povo tem de perceber e viver a própria dignidade.
- Garantir a valorização da diversidade dos povos, das suas tradições culturais, saberes e artes.

- 
- Pautar-se na união, no amor, no respeito recíproco e no reconhecimento das histórias de organização e lutas emancipatórias.
 - Realizar-se junto com a vida e com as lutas travadas pelas comunidades tradicionais, fortalecendo a organização de cada uma delas e também, entre elas.
 - Cuidar para que as histórias de cada povo, sobretudo aquelas que não aparecem na história oficial, sejam contadas, refletidas e registradas no encontro entre os mais velhos e os mais jovens.
 - Difundir o respeito às religiões tradicionais.
 - Permitir o diálogo entre diferentes saberes e promover a produção de novos saberes, sem imposições.
 - Incentivar a participação juvenil.
 - Desenvolver formas próprias de gestão da escola e dos demais temas que lhe dizem respeito, em diálogo com as formas de organização política de cada povo.

Para a construção imediata da Educação Intercultural indicamos:

- Propiciar a articulação entre indígenas, quilombolas e as Secretarias Estaduais da Educação (SEE/MG) e do Desenvolvimento Agrário (SEDA), para viabilizar o fornecimento de alimentos da produção local para as escolas e também, fomentar a construção de cisternas nos territórios indígenas e quilombolas.
- Garantir que os modos de produzir e de alimentar assumidos pelas comunidades tradicionais sejam incorporados pelas escolas, para que componham a alimentação ofertada aos alunos, professores e demais funcionários.
- Garantir a construção e reforma de prédios escolares que respeitem os modelos arquitetônicos que as comunidades quilombolas e indígenas consideram adequados ao seu território.
- Promover a continuidade do Magistério Indígena.
- Realizar cursos de formação intercultural que garantam a interação entre educadores indígenas e quilombolas.
- Retomar a oferta de vagas específicas para indígenas em Instituições de Ensino Superior (IES), ampliando-as para os quilombolas, assim como os programas de apoio aos estudantes que ingressam nessas vagas.
- Realizar cursos de formação de professores indígenas e quilombolas, habilitando-os para ocuparem cargos de gestão nas secretarias municipais e estaduais e nas superintendências de educação.
- Expandir a representação de indígenas e quilombolas nas instâncias de gestão nas Secretarias de Educação, Fóruns e Conselhos de Políticas Públicas Municipais e Estaduais.
- Criação da categoria Escola Indígena de modo a incorporar em lei os pressupostos da educação intercultural.

- Criação da categoria professor/a indígena e do respectivo plano de carreira.
- Buscar mecanismos para que professores indígenas e quilombolas, com formação em educação intercultural, sejam professores nas demais escolas de suas regiões, de modo a colaborar para o cumprimento das Leis 10.639 e 11.645, que definem o estudo dos conteúdos de História da África, Cultura Afrobrasileira, História e Cultura dos Povos Indígenas.

São João das Missões, 17 de abril de 2016

Organizadores:



Colaboradores:

